

RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ECONOMIA DE COMUNHÃO E SUSTENTABILIDADE.

JOSANE GOMES WEBER OLIVEIRA
Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)
josane.weber@ufjf.edu.br

MARIA ÂNGELA CAMPELO DE MELO
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Brasil)
macm@puc-rio.br

RESUMO

Um modelo de desenvolvimento sustentável requer novas formas de agir e de pensar as atividades do mundo do trabalho e as relações econômicas de produção. Dentre as teorias e propostas que preconizam a promoção desse desenvolvimento, destaca-se aqui a Economia de Comunhão- EdC, considerando seu potencial de sustentabilidade por propor uma alternativa inovadora à lógica econômica da produção pela produção e do acúmulo de riqueza. O projeto de EdC, cuja primeira experiência aconteceu no Brasil, atualmente reúne, em todo o mundo, centenas de empreendimentos dos mais variados portes e setores. Este trabalho objetiva discutir essa experiência sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, evidenciando linhas para sua consolidação. Analisam-se, utilizando elementos do método de revisão integrativa, os trabalhos acadêmicos publicados no Brasil nos últimos dez anos que identificam a Economia de Comunhão como prática sustentável, com o objetivo de destacar suas características inovadoras, que configuram uma contribuição efetiva na busca pela sustentabilidade, tanto ambiental, como social e econômica.

Palavras chave: Economia de Comunhão, desenvolvimento sustentável, inovação, relações de produção, sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Consequência de um modelo de desenvolvimento excludente, a desigualdade social assume graus preocupantes no mundo globalizado. Stahel (2001, p.117) detecta a inversão caracterizada pela transformação dos meios econômicos em fins, com base “na produção pela produção, na criação incessante de necessidades visando à acumulação”, gerada pelo capitalismo em sua fase atual. A concepção do *homo economicus*, cujo objetivo é maximizar a satisfação de seus interesses, sobrepujou a visão do ser humano como capaz de buscar o bem comum, de agir voluntariamente de modo cooperativo.

Para Bruni (2011, p.1), o sistema capitalista precisa reinventar-se. As crises financeiras e ambientais, a crescente desigualdade e a infelicidade nos países mais ricos tornam patente a necessidade de uma mudança que preserve “o mercado como lugar de criatividade e de liberdade”. Considerando o papel fundamental, na lógica capitalista, desempenhado pelas organizações empresariais, enquanto construções sociais, constata-se que, por meio dessas organizações, pode-se perpetuar ou transformar essa lógica.

Questionamentos e teorias inovadoras surgem diante das situações limites. Dessa forma, vem crescendo a preocupação com questões como ecologia, preservação do ambiente e melhoria da qualidade de vida das populações, configurando uma busca por um paradigma de

desenvolvimento sustentável. Encontrar alternativas que levem a uma redução, ou até mesmo, à correção de desigualdades, torna-se imprescindível.

O projeto de Economia de Comunhão na liberdade - EdC constitui uma alternativa inovadora à lógica econômica da produção pela produção e do acúmulo de riqueza. Oriundo do Movimento dos Focolares, fundado em 1943 na Itália, o projeto foi concebido no Brasil, em 1991. Reúne, atualmente, em todo o mundo, mais de 900 empreendimentos dos mais variados portes e setores da economia (EDC, 2015). As empresas da EdC pressupõem uma mudança na forma como é tratada a atividade de produção e, por seu ideal ético, caminham no sentido de tornar viável a construção de sociedades sustentáveis (DALLABRIDA, 2007).

O projeto de EdC é um fenômeno empírico, relativamente novo, dinâmico, em construção e carece de uma base teórica que lhe dê sustentação. Assim, há muito que se pesquisar sobre o tema em suas diferentes interações com outros campos de pesquisa.

Este trabalho discute a experiência da EdC sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, com o objetivo de identificar caminhos inovadores para a consolidação desse projeto, ratificando sua perspectiva de sustentabilidade. Pretende-se estimular a reflexão sobre um tema complexo e pouco estudado, evidenciando possíveis lacunas a serem sanadas.

Visando levantar os trabalhos acadêmicos relativos ao tema, publicados nos últimos 10 anos, no Brasil, adotou-se, como método de trabalho, a revisão integrativa, com base nas plataformas de dados SciELO e SPELL e no banco de dados do escritório de EdC, na Itália.

2. EdC – UMA BREVE DESCRIÇÃO

A Economia de Comunhão na Liberdade constitui um projeto ligado ao Movimento dos Focolares, o qual surgiu em Trento, Itália, em 1943. É um movimento eclesial, ligado à Igreja Católica, fundado por Chiara Lubich, cuja essência consiste na ‘cultura da partilha’, antítese da ‘cultura do ter’, favorecendo a construção de bases solidárias por meio de sua irradiação pelo mundo (LUBICH, 2000).

O projeto EdC nasceu em São Paulo, Brasil, em maio de 1991, quando Chiara Lubich, ao sobrevoar essa cidade, pode visualizar o contraste existente entre o centro da metrópole e o cinturão de favelas que a circunda. A desigualdade social percebida tornou quase palpável o poder destruidor da concentração do capital, inspirando-lhe a ideia “de criar empresas, dirigidas por pessoas honestas, competentes, talentosas e dispostas a colocar em comum, livremente, os lucros. Eis o elemento inovador, eis o conjunto de ideias que deu vida ao Projeto Economia de Comunhão na Liberdade.” (LUBICH, 2000, p.21)

Na concepção da EdC, a visão de lucro diverge da capitalista, tendo em vista práticas interpessoais cujo valor não é contábil, não sendo considerados pela racionalidade econômica vigente (BRUNI, 2012).

Na visão da fundadora do projeto, Chiara Lubich, nas empresas criadas o lucro apurado deveria ter três finalidades:

- a. Reinvestimento na atividade produtiva, incrementando a própria empresa de modo a mantê-la economicamente viável;
- b. Suporte a pessoas em necessidade, enquanto não ocupam um posto de trabalho;
- c. Investimento na formação de ‘homens novos’, imbuídos da cultura da partilha.

Importante esclarecer que esse novo homem deve, além de vivenciar o espírito de comunhão e partilha, ser capaz de se tornar agente transformador da sociedade, disseminador dessa nova forma de economia. Para tanto, deve ser economicamente

produtivo, ou seja, capaz de se inserir no mercado de trabalho, com consciência crítica e comportamento ético e cidadão.

Conforme explica Lubich (2000, p.16):

“De fato, como acontece em muitas outras realidades econômicas permeadas por motivações ideais – aqueles que aderem ao projeto - empresários, dirigentes, trabalhadores ou outras figuras empresariais – comprometem-se, em primeiro lugar, em por no centro das atenções, em todos os aspectos de sua atividade as exigências e aspirações da pessoa humana e os requisitos do bem comum. Em especial buscam”:

- instaurar relacionamentos leais e respeitosos, animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração, com os cliente, os fornecedores, o poder público e até mesmo os concorrentes;
- valorizar os empregados informando-os e envolvendo-os, em variadas medidas, em sua gestão;
- manter uma linha de conduta da empresa inspirada na “cultura da ética”;
- reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo;
- cooperar com outras realidades empresariais e sociais, presentes no território, abertos inclusive à comunidade internacional, com quem se sentem solidários.”

Assim, o projeto de EdC não apenas pretende propor uma nova forma de empresa, mas transformar o sistema empresarial, orientando todas as relações intra e extra empresariais de acordo com o estilo de vida de comunhão. Não defende uma forma única de organização da atividade produtiva, mas pretende transformar, internamente, as práticas empresariais, não importando sua modalidade. As empresas vinculadas à EdC possuem forma jurídica diversificada, podendo ser sociedades por ações, cooperativas, individuais ou por cotas de responsabilidade limitada.

Em 1997, foi divulgado um documento que estabelece princípios de gestão empresarial, para as empresas da EdC, com base nas experiências em curso. Dentre esses princípios, merecem destaque:

- Posicionamento do homem acima de qualquer fator de produção;
- Cooperação e participação de todos nas decisões que envolvem a empresa;
- Compromisso com a geração de emprego e renda;
- Comprometimento com o desenvolvimento completo e permanente de todos os agentes envolvidos nas empresas;
- Preocupação com o meio ambiente e consumo racional de energia e de todos os recursos naturais;
- Promoção de sistemas de gestão e estrutura organizacional capazes de possibilitar o desenvolvimento individual por meio do trabalho em grupo;
- Definição de critérios de seleção de pessoal que levem em conta não apenas a capacidade profissional, mas a de aderir à proposta da EdC de colocar espontaneamente, à disposição uns dos outros, os próprios talentos, ideias e competências, visando desenvolvimento profissional e da empresa;
- Incentivo à comunicação entre gestores e trabalhadores, utilizando os mais modernos meios de comunicação, conectando-as em âmbito local e mundial, de forma a compartilhar informações, experiências e conhecimentos, dentro de um espírito recíproco de solidariedade (EDC, 2015).

Atualmente, existem no Brasil 154 empresas, entre afiliadas ou simpatizantes do projeto, de um total de cerca de novecentas distribuídas nos cinco continentes. Conforme o relatório EdC 2013-2014, o projeto movimentou mais de um milhão de euros, enquanto o lucro das empresas brasileiras, no valor de sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois

euros, foi investido em atividades produtivas, educação, complementação de renda, tratamento médicos e moradia, visando os mais necessitados (EDC, 2015).

As organizações da EdC estão - e desejam estar - inseridas na mesma realidade socioeconômica e institucional das demais organizações. Abrangem as mais diversas atividades, incluindo desde indústrias até organizações filantrópicas, e estão presentes tanto em países em desenvolvimento como nos mais avançados, conforme afirma Molteni (2002).

Para Zamagni (2001, p.21), a despeito das atuais leis da economia, o projeto da Economia de Comunhão está tendo sucesso e grande parte das empresas vinculadas à EdC tem conseguido elevar os índices de produtividade, melhorar a qualidade dos produtos e investir em tecnologia e capacitação de pessoal, mantendo-se no mercado não obstante as crises.

2.1 Empresas de EdC: um meio propício à inovação

Além de configurar-se como uma inovação de paradigma, por representar uma mudança nos modelos mentais básicos que a norteiam (BESSANT; TIDD, 2008, p.30), a proposta de EdC também reúne elementos que propiciam a criação de um meio inovador nas empresas que a adotam.

O caminho para a sustentabilidade requer estratégias corporativas que garantam rentabilidade, gerenciando simultaneamente responsabilidades sociais e ambientais. Inovações orientadas para a sustentabilidade podem exigir não só novos *insights* sobre as opções estratégicas, mas também alterações no nível normativo, incluindo valores, normas e regras que regem o processo de tomada de decisões e ações das organizações (ALMEIDA; MELO, 2012).

Em oposição a uma percepção da tecnologia como moralmente neutra, pela qual qualquer responsabilidade por seu mau uso é atribuída ao usuário, uma ética da tecnologia, implícita nos princípios de gestão da EdC, percebe a carga moral da tecnologia, atribuindo responsabilidade moral a quem a projeta (TRIST; MURRAY, 1990).

Um importante aspecto do projeto EdC está no seu estilo de gestão, acima delineado, que fomenta a confiança e cooperação, elementos fundamentais para o estabelecimento de uma cultura de inovação. Buscando valorizar os empregados, informando-os e envolvendo-os no processo de gestão, as empresas fomentam a criatividade, elemento chave de um processo de geração de inovações.

Os princípios de gestão enunciados para a EdC, vistos acima, possibilitam identificar as empresas do projeto com a visão sociotécnica, cujos conceitos facilitam o entendimento, a formulação e a implementação de inovações. O compromisso de possibilitar o desenvolvimento individual por meio do trabalho em grupo tem fundamento nos princípios sociotécnicos, que abrangem autorregulação, variedade, autonomia e liberdade de ação e diversidade, para a ação do grupo. Esses elementos são considerados essenciais a um processo de inovação (MELO, 2003, p. 272).

2.2 EdC, Economia Social e Economia Solidária

Para situar claramente o tema deste artigo, é importante esclarecer que há uma discussão, nos trabalhos sobre a EdC, quanto ao seu posicionamento em relação à Economia Solidária e à Economia Social.

De acordo com Caeiro (2008), embora os conceitos que envolvem a Economia Social e Economia Solidária venham sendo tratados quase como sinônimos, são bem distintos, apesar de similares. A Economia Social abrange um conjunto de empreendimentos

juridicamente diversificados, com funções diversas, ligados por meio de uma ética comum baseada na solidariedade e na prestação de serviços, buscando ocupar um espaço em que a economia pública e a privada não conseguem ou não pretendem atuar, sendo as cooperativas sua representação mais genuína.

Já Economia Solidária, conforme Culti (2004), designa um tipo de agir econômico que prioriza a solidariedade em contraste com o individualismo competitivo, sendo uma alternativa econômica para trabalhadores de baixa renda, para os empobrecidos e para trabalhadores subempregados, desempregados, bem como do mercado informal.

A experiência da EdC distingue-se da Economia Social, uma vez que não pretende suprir uma lacuna deixada pela iniciativa privada ou pelo estado. As organizações que aderem à EdC, em sua maioria, são empresas privadas, com fins lucrativos e é o carisma da comunhão que as torna agentes transformadores das relações de produção.

Algumas distinções entre EdC e Economia Solidária são destacadas por Menegassi e Araújo (2013, p.57). Para eles, enquanto a Economia Solidária é um movimento de natureza política, tratando-se de uma iniciativa dos trabalhadores contra o capitalismo, a EdC foi concebida por uma proposta aceita por um grupo de empresários que optaram por gerir suas empresas com base na já mencionada ‘cultura da partilha’. Além disso, a posse coletiva dos meios de produção constitui uma das maiores expressões da Economia Solidária, enquanto a EdC não faz distinção entre tipos de organização, tendo sua base em empresas capitalistas.

Conforme Vieira e Nascimento (2014, p.10):

“A EdC gera também um amplo movimento de pensamentos e ideias, com um autêntico diálogo com a cultura contemporânea – dentro da economia civil com a Economia Solidária e a Economia Social, em nível local e internacional. Cooperar com várias iniciativas da Igreja, das várias religiões e da sociedade política e civil, das quais se sente expressão e instrumento de unidade. Reúne empresas (organizações) inseridas na economia de mercado, governadas pela reciprocidade e cujas transações não são separadas das identidades daqueles que as originaram. Situam-se dentro de um modelo econômico humanizado, estimulador de comportamentos pró-sociais mais eficientes do que o atual.”

Os mesmos autores verificam que há estreita relação entre os princípios da EdC e os conceitos de desenvolvimento humano global e sustentável. Eles utilizam abordagens como a Teoria da Utilização Progressiva (PROUT), desenvolvida por Sarkar, que sintetiza as dimensões físicas, mentais e espirituais da natureza humana, objetivando o desenvolvimento sustentável e equilibrado da sociedade, com o intuito de eliminar a pobreza. Para eles, a EdC identifica-se com esse paradigma cujos princípios básicos são a limitação da acumulação de riquezas, melhor e maior utilização das potencialidades individuais e coletivas e maior utilização e distribuição racional das potencialidades do planeta.

3. SUSTENTABILIDADE E EdC

Segundo Joly (2005), a preocupação com a interação entre desenvolvimento e ambiente já estava presente nos discursos da ONU no início da década de setenta. No entanto, apenas em 1987 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU definiu desenvolvimento sustentável como: “... um desenvolvimento que responde às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras de responderem às suas necessidades (sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo)”. (COMISSÃO, 1991)

A proposta de desenvolvimento sustentável, de acordo com Vieira (2007), é herdeira da noção de ecodesenvolvimento, sendo um conceito complexo e multidimensional que considera sustentabilidade ecológico-ambiental, sustentabilidade econômica, sustentabilidade demográfica ou espacial, sustentabilidade social.

O desenvolvimento sustentável apoia-se no conceito da *Triple Bottom Line*, proposto por Elkington (1994), também conhecido como 3P - *People, Planet and Profit* (OLIVEIRA *et al.*, 2012), pelo qual o desenvolvimento sustentável baseia-se no tripé social, ambiental e econômico. Enquanto o pilar social tem como propósito propiciar o estabelecimento de ações justas para os *stakeholders* e a sociedade, o ambiental preocupa-se com processos produtivos e de gestão e sua interação harmoniosa com o meio ambiente e o pilar econômico, por sua vez, concerne a criação de empreendimentos viáveis e sólidos, economicamente. A relação entre esses três pilares resulta na sustentabilidade.

Do ponto de vista dos meios de produção, a eficiência e a competitividade são limitantes e destrutivas quando encaradas como exacerbação da competição. A cooperação e o senso de comunidade servem muito mais aos propósitos de aumento de produção, de produtividade e de qualidade. Burckart (2002, p. 76-77) entende que a “cultura da partilha” do projeto de EdC bem como o desenvolvimento sustentável, cada qual a sua maneira, são um novo esforço em concretizar o sonho de construir uma sociedade justa e igualitária.

De acordo com Santos (2011, p.81), a EdC posiciona-se ao lado de propostas, como o desenvolvimento sustentável, que atendem ao desafio de uma visão da realidade em sua complexidade, interdependência e intercorrelação.

Entre as características do projeto EdC está a liberdade. Conforme ressalta Zamagni (2002), a liberdade na EdC é a oportunidade concreta de a pessoa encaminhar o próprio projeto de vida de modo coerente com seus valores, inclusive no plano econômico. Wolfe (1991, p.51-52) afirma que o desenvolvimento, nos níveis econômico, político e social, se refere à possibilidade de escolher, ou seja, o desenvolvimento humano é um processo de aumento da liberdade de escolha e essas escolhas legitimariam ou não seu desenvolvimento.

Os princípios da EdC, sob essa perspectiva, vão ao encontro do ideal de desenvolvimento sustentável, uma vez que a ideia da liberdade e de fomentar a inclusão social utilizando os meios de produção aumenta as oportunidades individuais oferecidas às populações para fazerem escolhas e exercer sua cidadania (SEN, 2010, p.52).

4. MÉTODO

Com o objetivo de levantar e discutir as publicações sobre EdC e sua relação com o desenvolvimento sustentável, utilizou-se um método inspirado na revisão integrativa, a qual, conforme Botelho, Cunha e Macedo (2011), pode ser utilizada para a revisão da literatura, no campo dos estudos organizacionais. Essa uma abordagem, de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010, p.103) é ampla e serve a muitos e diferentes propósitos, como definição de conceitos, revisão da literatura e de teorias e análise metodológica de um assunto em particular. Conforme Botelho, Cunha e Macedo (2011) trata-se de um processo de seis fases:

- 1- Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa.
- 2- Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão.
- 3- Identificação dos estudos selecionados e pré-selecionados.
- 4- Categorização dos estudos selecionados.
- 5- Análise e interpretação dos resultados.
- 6- Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Com base nesse método, formulou-se a seguinte questão: Como se apresentam os estudos brasileiros sobre a EdC e sua relação com o desenvolvimento sustentável nos últimos 10 anos?

Para o levantamento dos estudos, foram utilizadas as bases de dados SciELO, SPELL (*Scientific Periodicals Eletronic Library*) e o banco de dados do escritório de EdC, na Itália.

Para refinamento da estratégia de busca, realizou-se uma análise das referências bibliográficas dos artigos considerados mais relevantes, procurando, especificamente, aquelas que mais se relacionavam com o tema, além das mais citadas. Para a filtragem, foram utilizados os termos: Economia de Comunhão, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, cultura da partilha, meio ambiente e desenvolvimento regional.

Como critérios de escolha, optou-se pelos artigos mais citados e os que guardavam correlação, o mais direta possível, com o tema da pesquisa. Foram lidos os *abstracts* dos artigos, resultando em uma pré-seleção.

Após a leitura da introdução e da conclusão dos artigos pré-selecionados, identificaram-se os mais relevantes, procedendo-se à sua análise. A categorização não foi realizada devido ao escopo do presente trabalho. Sete artigos, publicados entre 2007 e 2014, atenderam aos critérios de seleção, conforme indica o quadro 2.

Quadro 2 : Identificação dos artigos.

Título do artigo	Autor(es)	Ano
Transversalidade: rede de tecnologias sociais, economia de comunhão na liberdade.	Regina Maria da Luz Vieira Joelson Alves do Nascimento	2014
A racionalidade da economia de comunhão e responsabilidade socioambiental: a gestão organizacional influenciada por valores espirituais.	Valdir Fernandes Fernando Soares Pinto Sant'anna	2010
Economia de Comunhão: Responsabilidade Social, Ideologia e Representações Sociais.	Maria Luiza Carvalho Pedrinho Guareschi	2009
Economia de comunhão no Brasil: a produção acadêmica em administração de 1991 a 2006.	Sergio Proença Leitão Renée Assayag Spinelli	2008
A dimensão ambiental em organizações produtivas: uma análise da racionalidade da Economia de Comunhão EdC.	Valdir Fernandes	2007
Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Economia de Comunhão (EdC): Racionalidade Empresarial na construção do desenvolvimento sustentável	Ivan Sidney Dallabrida	2007
Economia de comunhão e redes de empresas: estudo de caso e análise de conteúdo	Dalton Siqueira Pitta Marques Edgard Monforte Merlo Marcelo Seido Nagano	2007

Fonte: elaborada pelo autor

A etapa seguinte consistiu na elaboração de síntese e recorte dos artigos de forma a subsidiar a discussão.

5. – ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao iniciar esta análise, cabe ponderar que os estudos utilizados compreendem o resultado de pesquisas envolvendo experiências de EdC analisadas a partir de um referencial vinculado às teorias organizacionais conhecidas, dado que não existe um referencial de análise conceitual específico relativo à EdC.

Ressalte-se que a produção científica sobre a EdC praticamente se limita a teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso de graduação, sendo os poucos artigos existentes geralmente extraídos de teses e dissertações (LEITÃO; SPINELLI, 2008). O Brasil é o segundo maior produtor de trabalhos científicos na área, superado apenas pela Itália.

Outro aspecto relevante é que as pesquisas realizadas nos trabalhos mencionados não pretendem a generalização para o universo das empresas que aderiram ao projeto, mesmo porque são estudos de caso, em sua maioria. No entanto, seus resultados contêm indicações sobre como as empresas se comportam diante do desenvolvimento sustentável. Também é preciso levar em conta que nem todas as empresas que fazem parte da EdC aderiram a seus pressupostos da mesma forma e com o mesmo nível de envolvimento, uma vez que a liberdade é parte fundamental do projeto.

Fernandes e Sant'anna (2010) explicam que 70% dos empresários entrevistados na pesquisa por eles realizada consideram que a responsabilidade socioambiental é inerente ao projeto de EdC, enquanto os demais entendem que, embora haja essa inerência, esse compromisso não fica claro para todos os empresários que desejam aderir ao projeto. Os autores concluem que a responsabilidade socioambiental é um valor intrínseco à EdC.

Dallabrida (2007), em seu trabalho sobre responsabilidade social e economia de comunhão e sua contribuição para desenvolvimento sustentável, analisou organizações privadas, inseridas no atual contexto produtivo, que tentam superar a racionalidade utilitarista econômica vigente. Focalizando empresas que adotaram a Responsabilidade Social e a Economia de Comunhão e avaliando-as com base no arcabouço teórico da sustentabilidade, verificou que as empresas vinculadas à EdC, respeitadas suas limitações, demonstraram ser possível ter empreendimentos capazes de tornar plausível a construção de uma sociedade sustentável, em especial nas dimensões social, política, ecológico ambiental e institucional.

Na visão dos seus dirigentes, as empresas ligadas à EdC são um espaço de comunhão, ou seja, além visarem a produção, constituem também um lugar para o exercício de valores como cooperação, solidariedade e caridade. Assim, constituem muito mais do que um lugar onde os indivíduos vão buscar remuneração para satisfazer suas necessidades materiais. Ele reconhece nas empresas pesquisadas ações que vão ao encontro das teorias sobre desenvolvimento sustentável, em especial, no trato com os colaboradores, buscando inclusive integrar, em seus quadros, pessoas marginalizadas no mercado de trabalho, como portadores de necessidades especiais, dependentes químicos em recuperação, indivíduos com idade superior a 50 anos ou com baixa escolaridade. Também a forma tripartite de destinação dos lucros desempenha papel social e comunitário, destinando-os a projetos sociais, à formação de 'homens novos' e à sustentabilidade institucional, quando investe na formação humana (DALLABRIDA, 2007).

Fernandes e Sant'anna (2010) realizaram uma pesquisa sobre a dimensão ambiental em organizações produtivas ligadas a EdC. Para eles, essas empresas, embora inseridas em

um contexto de economia de mercado, no qual predomina o caráter utilitarista, enfatizam características substantivas, basendo-se em valores éticos, estéticos e morais.

Isso não quer dizer que negligenciem a racionalidade instrumental, pois, como empreendimentos econômicos, devem respeitar critérios de eficácia, rendimento e desempenho. Contudo, não se reduzem a essa característica, havendo um equilíbrio entre as racionalidades. A racionalidade substantiva, que contempla a reciprocidade e a gratuidade, leva à valoração das questões sociais, ou seja, à preocupação com o ambiente interno e externo às organizações e com a qualidade de vida dos colaboradores e da comunidade. Eles entendem que o significado da EdC não deve ser interpretado em termos macroeconômicos, como um paradigma para a substituição do capitalismo, mas microeconômicos, embora não constitua, ainda, um paradigma de gestão.

No entanto, os mesmos autores consideram que a proposta da EdC, se “secularizada e efetivamente colocada em prática” nas empresas, pode significar um exemplo de como os conceitos de responsabilidade socioambiental podem ser reescritos, não como externalidade mas como dimensões inerentes ao processo de gestão. Concluem que a EdC não se nega a finalidades econômicas, mas as subordina à dimensão socioambiental (FERNANDES; SANTAT’ANNA, 2010, p.168-170).

Carvalho e Guareschi (2009, p.89) consideram que representações sociais e responsabilidade social indicam que a ideologia da EdC em relação à responsabilidade social cumpre a função de “legitimar as mudanças nas relações de trabalho requeridas pelos modelos flexíveis de gestão e suprimir as contradições e conflitos sociais na medida que apresenta o empresário como pai...”. Constituiria, porém, uma prática que reforça a passividade social, mantendo as relações de dominação, disfarçadas sob o manto de práticas paternalistas e assistencialistas. Portanto, para esses atores, é preciso que os empresários que realmente desejam construir uma economia capaz de tornar concreta a comunhão sejam capazes de assumir as limitações e contradições que o projeto possui.

De acordo com Marques, Melo e Nagano (2007) em sua pesquisa sobre EdC e rede de empresas, a condição para aderir ao projeto é que a empresa conheça e compartilhe livremente os princípios da EdC. As empresas constituem redes que estão ligadas por laços mais fortes que interesses econômicos.

Ainda no que diz respeito às relações entre empresas, os autores citados entendem que a formação de redes de relacionamento entre as empresas ligadas ao projeto, mesmo que informais, é fundamental para que o projeto seja viável, ou seja, para a sobrevivência e desenvolvimento das empresas em um ambiente contrário a seus pressupostos. Assim, “A rede é o espaço no qual os atores (fornecedores, produtores, organizações de pesquisa e clientes), a partir de suas atividades, competem e cooperam uns com os outros, de forma a atingir os objetivos individuais e coletivos do projeto de EdC” (MARQUES; MELO; NAGANO, 2007, p.123).

Os mesmos autores diferenciaram as empresas do projeto de outras que atuam em rede, salientando que, além da divisão do lucro totalmente baseada no livre arbítrio, é grande a cooperação dentro do projeto, extrapolando fronteiras regionais ou nacionais. A cooperação entre os elementos da rede, exemplificada pela transferência de conhecimento tecnológico de empresa para empresa, dá-se de diversas formas, em sua maioria sem contratos formais que só acontecem em transações comerciais e de prestação de serviço. As relações baseiam-se em confiança mútua. Dessa forma, as relações com as outras empresas que, de uma forma ou de outra, possuem algum tipo de associação ou conexão com um conjunto de preocupações

sociais comuns podem auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, tanto organizacional, como local, regional ou até mesmo global.

“Uma vez que as empresas de Economia de Comunhão não buscam apenas o lucro, mas um crescimento sustentável, que considere igualmente o meio ambiente, seus funcionários e pessoas necessitadas da comunidade onde estão inseridas, seus efeitos positivos estendem-se para fora de seus limites empresariais.” (MARQUES, MELO E MEGANO, 2007, p.120)

Da análise dos resultados dos trabalhos apresentados, constata-se que a EdC possui estreita ligação com a concepção de desenvolvimento sustentável, o que parece fazer parte das conclusões tiradas pela maioria dos pesquisadores aqui citados. Ressaltando-se a heterogeneidade das empresas participantes do movimento, no que diz respeito à adesão aos pressupostos do projeto, o que se pode afirmar é que grande parte daquelas focalizadas nos estudos de caso aqui citados demonstrou utilizar várias práticas que caracterizam seu papel no desenvolvimento sustentável. No entanto, nem todas formalizaram essa preocupação inserindo-a em seu planejamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho focalizou a proposta de Economia de Comunhão, que busca uma alternativa de organização da produção sustentável, baseada em princípios éticos e de equidade. Discutem-se as pesquisas sobre a EdC vinculada ao desenvolvimento sustentável, realizadas nos últimos dez anos, no Brasil. Com isso, buscou-se enfatizar a necessidade de se estudar melhor o projeto EdC, analisando as experiências já desenvolvidas com o objetivo de identificar elementos para sua consolidação.

Procurou-se, além disso, destacar o potencial de transformação e a aderência da proposta a novas práticas de gestão e organização das empresas no ambiente turbulento e competitivo do mundo globalizado, caracterizando-se seu papel como gerador de um meio propício à inovação, elemento essencial à sustentabilidade empresarial. Essa é uma linha que requer um desenvolvimento aprofundado, com promissor grau de retorno para a consolidação do projeto de EdC.

Trata-se de um projeto em construção que, portanto, está se transformando, ganhando novas perspectivas e possibilidades. Partindo-se da constatação de que as empresas ligadas à EdC estão de acordo com a proposta de desenvolvimento sustentável em vários aspectos, torna-se relevante analisar a influência dessas empresas no desenvolvimento sustentável local, regional e global.

As experiências estudadas mostram que, apesar das dificuldades e contradições, é possível conciliar crescimento econômico e empresarial com solidariedade, ética e espírito de cooperação, de forma sustentável.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. F. L e Melo, M. A. C., (2012), Sustainability-oriented Innovations in Energy Sector. Hangzhou. Proceedings of The 10th GLOBELICS International Conference: Innovation and Development Opportunities and Challenges in Globalisation. Hangzhou.

Bessant, J e Tidd, (2009), Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Booksman.

Botelho, L. L. R.; Cunha, C. C. A.; Macedo, M. (2011). O método da Revisão Integrativa nos estudos organizacionais. Belo Horizonte. Gestão e Sociedade, 5(11), 121-136.

Bruni, L. (2011), Conclusões. <http://www.edc-online.org.br> [12,12, 2013]

Bruni, L. (2eds) (2012), Comunhão e as novas palavras em economia. São Paulo: Cidade Nova

- Burkard, H. (2000), Gerenciamento Sustentável. In Bureau Internacional da Economia do Trabalho. Economia de Comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas, Cidade Nova, pp. 67-78. Brasil:Vargem Grande Paulista.
- Caeiro, J. M. C. (2008). Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. Florianópolis. Revista Katal, 11(1), 61-72.
- Carvalho M. L.; Guareschi, P. (2009), Economia de Comunhão: responsabilidade social, ideologia e representações sociais. Brasília: Revista Psicologia Ciência e Profissão, 29(1), 88-101.
- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (2 eds)(1991), Nosso futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- Culti, M. N. (2014), Economia solidária: geração de Renda, mitos e dilemas. Unitrabalho. <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article89> [12, 12,2014]
- Dallabrida, I. S. (2007), Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Economia de Comunhão (EDC): Racionalidade empresarial na construção do desenvolvimento Sustentável. [http://www.ethos.org.br/ uniethos/documentos/RSE](http://www.ethos.org.br/uniethos/documentos/RSE) [10,04,2014]
- EDC. (2015), Apresenta dados e publicações sobre a Economia de Comunhão. Disponível em: www.edc-online.org.br [10,05,,2015]
- Fernandes, V; Sant'anna, S. F. P. (2010), A racionalidade da Economia de Comunhão e responsabilidade socioambiental: a gestão organizacional influenciada por valores espirituais. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, 21, 157-171. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v21i1> [12,01,2014]
- Joly, A. C. Desenvolvimento Sustentável: uma utopia possível? Editorial. Biota Neotropica, 3(2), 01. <http://www.biotaneotropica.org.br/v3n2/pt/editorial> [10,04,2014]
- Leitão, S. P.; Spinelli, R. A.(2008) Economia de Comunhão no Brasil: a produção acadêmica em administração de 1991 a 2006. Revista de Administração Pública. 42 (6), .451-469.
- Lubich, C. (2000), O movimento dos focolares e a economia de comunhão. In Bureau Internacional da Economia do Trabalho. Economia de Comunhão e movimento econômico: desenvolvimento e perspectivas. Cidade Nova , pp.9-19. Brasil: Vargem Grande Paulista.
- Lubich, C. (2004), Economia de Comunhão: História e profecia. São Paulo: Editora Cidade Nova.
- Marques, D. S. P.; Merlo, E. M.; Nagano, M. S. (2007), Economia de Comunhão e rede de empresas: estudo e caso e análise de conteúdo. Curitiba. Revista da FAE, 10(2), 115-129.
- Melo, M. A. C. (2003), Inovação e Modernização nas MPMEs. In: Lastres, H. M.; Cassiolato, J. E.; Maciel, M. L.(orgs), Pequena Empresa – Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Relume Dimará.
- Menegassi, C. H., M.; Araujo, E. J. C.(2013) Economia de Comunhão e Economia Solidária uma distinção de conceitos. Rio de Janiro. Revista Eletronica de Economia de Comunhão-REDEC, 3, 43-72.
- Molteni, M. (2002), Os problemas de desenvolvimento das empresas de “motivação ideal”. In: Bruni, Luigino. (org.) Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões. (pp.89-100).Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova.
- Natani, C. S. (2003), Relações entre Responsabilidade Social e Economia de Comunhão: um estudo de caso com empresas do Pólo Empresarial Spartaco. USP. [www.uniethos.org.br/ Rainbow/Documents](http://www.uniethos.org.br/Rainbow/Documents). [02,04.2014]
- Oliveira, L., R., et al. (2012), Sustentabilidade: da evolução dos conceito à implementação como estratégia nas organizações. Revista Produção, 2(1), 70-82.
- Pinto, M. C. S.; Leitão, S. P. (2006), Economia de Comunhão: empresas para um capitalismo reformado. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rushel, R. (2010), Generosidade: o quarto elemento da “triple bottom line”. http://www3.ethos.org.br/cedoc/generosidade-o-quarto-elemento-do-triple-bottom-line/#.VOt0tPnF_1E [12,02, 2014]
- Santos, E., M., A. (2011), Economia de Comunhão: para a subvenção da sustentabilidade econômica. Orlando, USA, Florida Christian University. www.edc-online.org.br [12,07, 2014].
- Sen, A.(2010), Desenvolvimento Como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.



Stahel, A. W. (2001), Capitalismo e entropia: aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clovis. (org) Desenvolvimento e Natureza: um estudo para uma sociedade sustentável 3eds. pp. 153 -174.São Paulo: Cortez.

Souza, M., Silva, M., Carvalho, R. .(2010), Revisão integrativa: o que é e como fazer. São Paulo. Einstein, 8 102-106.

Torres, J. J. P. (2005), Teoria da complexidade: uma nova visão de mundo para a estratégia. In: I EBEC – PUC/PR. Brasil:Curitiba. http://www.facape.br/ruth/adm-filosofia/texto5-teoria_da_complexidade_e_strat.pdf [10,04, 2014].

Trist, E. ;Murray, D. (1990), The Social Engagement of Social Science: A Tavistock Anthology (eds), (Free Association,)

Vieira, R. M. L.; Nascimento, J. A.(2014), Transversalidade: Redes de Tecnologias Sociais, Economia de Comunhão na Liberdade. São Paulo. Revista Inovação Tecnológica, 4(1), 05-27.

Zamagni, S. (2001), Algo de novo no cenário Econômico. São Paulo. Revista Cidade Nova, p. 20-23.

Zamagni, S. Pronunciamento na Mariápolis Ginetta. (2002), In: Congresso Nacional da Economia de Comunhão. Brasil: Vargem Grande Paulista

Wolfe, A.(1991), Tres caminhos para o desenvolvimento: mercado, estado e sociedade civil. In: A democracia como proposta, IBASE, pp.35-63. Brasil: Rio de Janeiro